

PREFÁCIO – CRIANÇAS «SEM» A SUA INFÂNCIA

Temos convivido ultimamente com notícias que tanto têm o condão de chocar, como de lançar dúvidas sobre o seu sentido ou até inquietar no seu carácter enigmático de utilidade cívica ou intelectual.

Aleatoriamente podíamos identificar entre as primeiras, claramente, a notícia da France Presse de 4 de setembro de 2015 que nos confrontava com o texto, e sobretudo a imagem, do menino sírio de três anos – Aylan Kurdi – inerte numa praia da Turquia no Mar Mediterrâneo:

“Menino sírio que morreu afogado na Turquia é enterrado em Kobane

Foto de criança morta em praia causou comoção internacional. Irmão e mãe também morreram; apenas pai sobreviveu.

Aylan Kurdi, o menino sírio-curdo de três anos, cuja morte durante a viagem da Turquia para a Grécia se transformou num símbolo da tragédia dos refugiados do Oriente Médio, foi enterrado nesta sexta-feira na sua cidade natal de Kobane, no norte da Síria, informou a imprensa turca. A família Kurdi escapou dessa cidade, sitiada durante meses pelo grupo jihadista Estado Islâmico (EI), numa tentativa de emigrar para o Canadá, onde vive uma tia da criança. Aylan, seu irmão e sua mãe estavam entre os 12 sírios que morreram afogados no Mar Mediterrâneo há três dias, após partir da cidade turca de Bodrum (...).

France Presse 04/09/2015 07h38”

Também com um sentido político claro, embora sem o dramatismo da anterior, a China colocou fim a uma decisão com mais de 30 anos, tentando responder a uma necessidade de natureza demográfica:

“China acaba com a política do filho único e permitirá 2 crianças por casal

Decisão é tomada após mais de 30 anos da política de apenas um filho.

Anúncio foi feito na reunião anual do Partido Comunista da China.

A política do filho único entrou em vigor entre o fim de 1979 e 1980. O objetivo era reduzir os problemas de superpopulação da China. Segundo especialistas, as medidas serviram para evitar que a população atual do país fosse de 1,7 bilhão de habitantes, contra os atuais 1,3 bilhão.

(...) O envelhecimento rápido da população está entre os efeitos secundários mais prejudiciais da política do filho único para a China. Em 2012, pela primeira vez em décadas, a população em idade ativa caiu. O índice de fecundação no país, de 1,5 filhos por mulher, é muito inferior ao nível que garante a renovação geracional.

"Apesar de ainda ser um país em desenvolvimento, a China enfrenta um problema que é de países desenvolvidos, que é o envelhecimento da sociedade. E o custo disso é muito alto", afirma Segundo Alexandre Uehara, pesquisador do núcleo de relações internacionais da USP (Universidade de São Paulo).

Jornal on line *Globo* em em 29/10/2015"

A sintonia entre as duas notícias contrárias, revelam por um lado o desprezo, a indiferença, a insensibilidade perante o drama humano, mas por outro a necessidade de demograficamente aceitarmos a importância que a criança pode assumir num contexto marcadamente economicista.

Porque nos lembramos deste registo contemporâneo para introduzir um pequeno contributo inicial no excelente texto e conteúdo que corporizam esta obra? Antes de mais porque ela é um claro manifesto das ausências, das inscrições, das utilizações, dos espaços públicos e mais reservados, das definições políticas ou culturais ... de que a criança constitui o principal objecto, destinatário e, nalgumas situações, justificativo de intervenções públicas ou privadas. Neste sentido, esta obra tem o claro objetivo de nos inscrever o tema na espessura do tempo mas também, e através dele, mostrar a intemporalidade das preocupações que de forma mais pessoal ou institucional, política e/ou ideológica, social ou familiar, assistencial ou inclusiva, jurídica ou consuetudinária, foram tomando espaço na investigação, determinando a constituição de um espaço epistemológico que urge emancipar, multiplicando as redes multidisciplinares que lhe podem garantir uma maior consistência mas sobretudo uma maior credibilização das abordagens.

Quando em 2006, o nosso saudoso Rogério Fernandes, juntamente com Luciano Mendes Faria Filho da Universidade Federal de Minas Gerais e Alberto Lopes mestre pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa, publicavam "Para a compreensão histórica da infância", um dos resultados do projeto "A infância e a sua educação (1820-1950). Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)", logo na Introdução chamavam-nos a atenção para o desencontro entre "a figura física da infância [que] se espelha nos media através dos rostos de crianças que irradiam felicidade (...) que passa pela alimentação saudável, pelo afecto parental, pelo jogo e pelo movimento em ambientes naturais de rara beleza e equilíbrio" e as notícias dos "casos de crianças violadas, agredidas, sequestradas, torturadas, nesses bairros de casas de paredes sem reboco, onde as ruas são cegas à compaixão e tudo pode acontecer". Os excelentes contributos dessa obra nas 3 entradas principais em que aparece subdividida - História da Criança. Que fontes?; História da Infância e Ciência da Criança; História da infância e comparação - revela a vontade de retirar do anonimato um tema já há muito tempo inscrito nas preocupações histotográficas.

Mais recentemente, em 2012, Maria José Moutinho Santos, na excelente obra-álbum sobre "Memórias. Internato de S. João do Porto" transporta-nos para a necessidade de associarmos as preocupações de natureza epistemológica - construção de um espaço cientificamente sustentado com técnicas e metodologias próprias e rigorosas - com a necessidade de aproveitarmos as memórias e as potencialidades dos estudos

monográficos para retirarmos da sombra temas que, por variadas razões, parecem ter estado interditos. Esta última obra, tem ainda o condão de evidenciar as potencialidades da análise dos contextos – por exemplo da cidade – das organizações onde estas iniciativas aparecem inseridas – no caso a Maçonaria – ou das memórias – estórias de vidas – ainda possíveis de registrar para dar ainda mais consistência a esse espaço cientificamente emancipado.

Se é verdade que a criança já tinha aparecido, embora de forma fugaz nas célebres “Histórias da Vida Privada”, tanto na sua versão francesa sob a direção de Philippe Ariès e Georges Duby, seja na sua versão portuguesa mais recente dirigida por José Mattoso, faltam-nos ainda obras que numa perspetiva abrangente e multidisciplinar cruzem o nacional com o internacional, a ciência médica com a psicopedagogia, as imagens e representações com as realidades sociais, a tolerância com a proteção, o *acolhimento higiénico* em termos sociais com a valorização de um espaço próprio, o assistencialismo com a proteção juridicamente sustentada, a exclusão com a inclusão.

Neste sentido, a obra de Ernesto Candeias Martins inscreve-se nas novas temáticas que a Escola dos Annales pretendeu trazer para o campo da epistemologia da História – ver por exemplo, entre outras, a obra de André Burguière, *L'École des Annales. Une Histoire Intellectuelle*, a publicação coletiva *Comment se fait l'Histoire. Pratiques et enjeux* ou ainda a inscrição das emoções nas temáticas a trabalhar com *L'Empire des Émotions. Les historiens dans la mêlée* de Christophe Prochasson – um tema (a Criança) que hoje necessita de algumas sistematizações, tanto úteis como provocantes e instigantes.

Provocantes na medida que nos inquieta e incomoda por não termos ainda conseguido chegar a áreas que hoje já revelam um manancial de informação, de perspetivas e de desafios que importava agora transformar em projetos coletivos e multidisciplinares que garantissem a consolidação de uma área científica. O seu texto remete-nos para a necessidade de colaboração entre a História Social, a História da Educação, a História do Direito, a Pedagogia, a Psicologia, as Relações e as Convenções Internacionais... mas também a História da Pintura, a História da Arte em geral, a História da Fotografia e, porque não, a História da Música – quem não se lembra dos “Meninos do Bairro Negro” do José Afonso – ou a História do Cinema e do Documentário – o mais recente e polémico “Bebés” do documentarista francês Thomas Balmès é um bom exemplo – entre muitas outras entradas possíveis.

Instigantes porque, através da sua leitura, apetece-nos desde logo iniciar um novo caminho, mobilizando vontades e recursos para corporizarem as múltiplas pistas que ele nos deixa nos diferentes capítulos que vão desde “O descobrimento, génese e construção social” da criança e da infância (capítulo 1), até à “Transformação e Construção Social da Infância na Contemporaneidade” (capítulo 2), as “Políticas Sociais e Assistenciais: acolhimento, assistência e proteção à outra criança” (capítulo 3) ou o “Encerramento Institucional: Acolher, Proteger e (Re)Educar” que nos aparece tratado no capítulo 4.

Todos sabemos que os estudos sobre a condição dos menores em risco moral ou delinquentes passam a ter a partir do último quartel do século XIX um espaço nobre tanto em múltiplos congressos e ensaios nacionais como internacionais. Maria José Moutinho Santos, no âmbito do seu projeto “Os menores desvalidos em risco moral ou delinquentes

em Portugal (séculos XIX e XX)” tem-nos apresentado com vários textos que nos elucidam sobre esse interesse científico nacional e internacional. Também Cláudia Sofia Pinto Ribeiro, em particular na sua obra “Os Outros... A Casa Pia de Lisboa como espaço de inclusão da diferença” retirou do anonimato uma iniciativa que visava claramente institucionalizar “anormais” (no caso a Colónia Agrícola de S. Bernardino”. Projetos ou produtos parcelares vão-nos dando conta do caminho percorrido mas também da estrada científica que se abre ainda à nossa frente.

Para esse caminho, a obra agora editada de Ernesto Candeias Martins fornece-nos “sinais orientadores” e “bifurcações” possíveis que importa agora cartografar e colocar no nosso GPS investigativo.

Destacaria logo na Introdução, bem complementada pelo capítulo 1, a capacidade de nos introduzir num quadro concetual que nos permite circunscrever significados e clarificar conteúdos para termos e espaços como Criança, Infância, História Social da Infância, Heurística associada às fontes documentais e arquivísticas que nos permitem entrar de forma competente na temática, a História do interesse científico pela criança, as Imagens e Representações.

Num segundo capítulo, dedicado á contemporaneidade (associada ao período posterior ao século XVII), relevo desde logo a clarificação dos diferentes estatutos – social, biopsicológico, científico, antropológico e jurídico-tutelar – o papel das correntes psicopedagógicas associadas às correntes científicas do século XIX e depois um destaque muito importante e com uma sistematização muito clara sobre a inscrição dos “Direitos Fundamentais da Criança” no quadro das convenções internacionais, particularizando alguns momentos escolhidos como emblemáticos: o papel de Englatina Jebb (1876-1928) como pioneira dessa luta; as iniciativas comunistas do início do século XX; a Declaração dos Direitos da Criança (Genéve, 1924); a Proclamação dos Princípios Fundamentais sobre os Direitos da Criança pelas Nações Unidas em 1939; a Declaração Universal dos Direitos da Criança – Carta das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1959) que vai dar espaço e abrir a uma multiplicidade de outras Declarações Internacionais nas décadas seguintes.

O capítulo terceiro dedica-o às “Políticas Sociais e Assistenciais: Acolhimento, Assistência e Proteção à ‘outra criança’ num quadro histórico que nos traz de finais do século XVII aos nossos dias, refletindo sobre as influências dos regimes políticos, dos sistemas económicos, dos movimentos sociais (seja os mais burgueses ou os mais operários), dos desenvolvimentos científicos (psicologia, psicanálise, direito, medicina,...) na valorização da criança e das propostas de reformas ou respostas sociais ao “abandono”, à “vagabundagem”, ao “delito”, à “alteração da ordem”... com as medidas de “repressão” ou de “proteção” que vão sendo criadas. Também aqui um destaque para a capacidade de mobilização de vontades que de forma mais caritativa, assistencial ou sistemática (através de um sistema benéfico-assistencial e social) vão procurando responder aos vários problemas com que se depara a criança. Alguns exemplos e sobretudo uma seleção criteriosa do quadro legal, em particular em Portugal, ajuda-nos a perceber o contexto de algumas iniciativas, sobretudo durante o Estado Novo. Também aqui, a multiplicidade de autores referidos ligados ao higienismo, à puericultura, à psicopedagogia, à profilaxia social, à educação física, ... permitem-nos perceber a filosofia

subjacente a algumas das iniciativas, mas também despertam-nos para a necessidade de um melhor aproveitamento das “estórias de vida” de alguns deles para enriquecermos o nosso quadro investigativo.

O capítulo quatro aparece-nos dedicado à “institucionalização”. É porventura uma das áreas onde algumas monografias têm procurado trazer contributos muito significativos, bastante ligadas a autores de referência como são Foucault e Goffman, mas também Paulo Freire ou o Padre António d’Oliveira. Desde as tradicionais “Casas de Asilo” seja da “Infância Desvalida” seja especificamente intituladas “da Mendicidade” às iniciativas de Ordens, Confrarias, Igreja, Associações operárias, Maçonaria ou simples filantropos de forma mais individualizada, procura-se aqui fazer um mapeamento que é motivador para novos caminhos de investigação mas também nos propõe uma referência em termos de “estrutura organizacional e educativa”, para algumas “problemáticas na estrutura das instituições benéfico-assistenciais” que nos podem servir de referência nesses estudos.

O Epílogo desafia-nos quando, para além dos contributos e caminhos aí identificados, nos esclarece que : “O dito popular de que as crianças do presente são os adultos do amanhã, leva-nos a compreender que a infância foi uma categoria por descobrir, no início do século XX, e só nos finais desse centúrio passaram a ‘ter vez’ e ‘voz’, ao serem sujeitos com direitos – reconhecimento de proteção e apoio em nome do interesse superior da criança (Assembleia Geral das Nações Unidas ao votar, em 1989, a Convenção dos Direitos da Criança). No final destes dois séculos de abordagem, a criança é um ator social e sujeito de pleno direito”.

Mas este espaço conquistado só pode servir para agora recomeçarmos com outro quadro histórico concetual, com outra perspetiva multidisciplinar, com uma visão científica mais coletiva e menos individualizada, aproveitando o caminho desbaravado e dando consistência ao espaço epistemológico.

É claramente este o desafio que esta obra nos lança numa altura em que, tal como afirmavamos no início deste texto, a criança nos é imposta pelos *media* ou por medidas populacionistas que, tendo um carácter impressionista ou oportunista, esquecem que há ainda hoje muitas Crianças sem Infância à procura de um espaço que tendo historicamente sido conquistado, temos dificuldade em o reconhecer e permitir. Também aqui, o trabalho aqui apresentado é um bom Manifesto para a sua inscrição no tempo presente, a partir da espessura que o passado nos ajuda a justificar.

Luís Alberto Marques Alves

(Universidade do Porto – Faculdade de Letras)

Novembro de 2015